



GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a,
Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana
Acácia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda
Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila
Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA de 2014 e em outros fóruns de debate antropológico nos últimos anos. Se, de início, nos concentramos nos debates sobre parto, assistência médica e movimentos de mulheres na atualidade, os últimos anos têm nos dado mostra da ampliação da reflexão nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da infância, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de gênero. Muitos têm sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegemônicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a criação com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no século 21; as mães e deficiência no contexto do Zika Vírus; aborto; os movimentos sociais-econômicos maternos; a política e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as noções de infância; os direitos no/do parto; a pesquisadora como mãe e a antropologia feita por mães, para além, é claro, dos debates sobre assistência médica, leituras de parto, pós-parto e amamentação. Por essa razão, trabalhos que contornem esse leque investigativo serão mais do que bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre direitos humanos e maternidades em amplo e em sentido amplo.

‘Eu engraidei dela lá dentro do presídio’: Experiências de maternidades de mulheres pobres em um hospital público de Fortaleza

Autoria: Socorro Letícia Fernandes Peixoto, Antônio Cristian Saraiva Paiva (Professor doutor do PPGS/UFC, coordenador do NUSS/UFC)

A maternidade, longe de reduzir-se a um evento biológico, compõe-se de elementos culturais, históricos e normativos, estando vinculada às práticas cotidianas e trajetórias das mulheres. Desse modo, apresenta múltiplas composições, tanto devido às posições sociais femininas, quanto às capturas e linhas de fuga frente às enunciações médicas, estatais orquestradas hegemonicamente acerca do corpo e da subjetividade feminina. Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado em curso e objetiva investigar as composições da maternidade, a partir das trajetórias sociais das mulheres pobres e negras, moradoras da periferia de Fortaleza, tendo como foco as formas que elas lidam com as enunciações biopolíticas hegemônicas, através de suas práticas de reiterações e insurgências. Agregamos a esse objetivo um olhar interseccional sobre esses sujeitos mediante seus pertencimentos sociais de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade. A pesquisa, de cunho qualitativo, parte de narrativas biográficas e trajetórias sociais de 13 mulheres entrevistadas em um hospital público em Fortaleza, bem como das interações e observação participante nas salas de espera nos ambulatórios. Privilegiamos nesse estudo as mulheres que subvertem o ideal de mulher e mãe, ancoradas nas ausências de suportes econômicos, estatais, conjugais destacados nas hierarquias reprodutivas (DINIZ; MATTAR, 2012), tais como mulheres prostitutas, usuárias de drogas, em conflito com a lei, com works precários. As propostas do parto humanizado, legitimadas pelos importantes ativismos feministas e pelas políticas públicas atuais, talvez tenham tido tênues repercussões nas experiências de algumas interlocutoras durante a assistência ao parto, dado o processo de despersonalização da mulher que ocorre no contexto hospitalar e a naturalização desse sistema por parte de profissionais. (CARNEIRO, 2015). Outro entendimento preliminar é que, para essas mulheres em situação de sofrimento social (DAS, 2011), a maternidade é mais



uma experiência em suas trajetórias sociais pois, na maioria das vezes, ao não serem planejadas, não ocupam lugar de centralidade em seus projetos biográficos, sendo parte dos seus vários domínios de existência. Dentre alguns achados em campo, acreditamos que as interlocutoras desenvolvem resistências e modos de subjetivação próprios, não desistindo de viver suas sexualidades e desejos, ao realizarem visitas íntimas aos seus companheiros nos presídios, chegando ?engravida lá dentro?. Além disso, essas mulheres têm enfrentado situações de violência conjugais com altivez, realizam works temporários como forma de sobreviver, contam com uma rede de familiares e vizinhança em que as crianças ?circulam? (FONSECA, 1999) e são cuidadas, dadas suas formas de sociabilidades na periferia.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**